



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

DAS TEORIAS RACISTAS AS DIÁSPORAS AFRICANAS: O NEGRO NA SOCIEDADE BRASILEIRA.

Benjamin Xavier de Paula

Doutorando no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia – PPGED/UFU; Professor Assistente na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM; Bolsista no Programa Mineiro de Capacitação Docente PMCD/CAPES/FAPEMIG
Email: benjaminx@usp.br

RESUMO: No presente trabalho abordamos a construção das teorias racistas e seus principais pressupostos teológicos, filosóficos e científicos, bem como, e inserção e penetração destas teorias no imaginário social e no meio educacional. Nossa preocupação reside no movimento de construção/desconstrução, ou seja, compreender a construção destas concepções e práticas para refletir sobre a possibilidade de superação das mesmas a partir destas dimensões. O conceito de “diáspora se apresenta para nós como “possibilidade” – depois de discorrer sobre a literatura verificamos que, este conceito, na atualidade, suplanta seu sentido lingüístico, histórico e científico, e, repousa na dinâmica de um movimento de idéias e de práticas sociais contra-hegemônicas que busca na resignificação positiva das relações raciais e étnicas, assim como, do Panafricanismo, constituir-se num espaço/lugar daqueles que assumem a perspectiva do anti-racismo e da afirmação positiva da negritude como instrumentos efetivos de edificação do discurso e da prática científica na academia.

PALAVRAS CHAVES: Raça, Etnia, Diásporas, Negros.

FINANCIAMENTO: Programa Mineiro de Capacitação Docente – Fundação de Amparo a Pesquisa do estado de Minas Gerais - Coordenação e Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – PMCD/FAPEMIG/CAPES.

1. Considerações sobre raça, etnia e racismo.

O que é raça? O que é etnia? E o problema do racismo em nossa sociedade e na educação, são temas recorrentes no meio acadêmico, porém, verificamos inúmeros



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

equivocos de natureza tanto conceituais como ética e moral, que não podemos e não queremos reproduzi-los aqui, neste sentido, é importante recorrer a estes temas para situar conceitualmente o nosso trabalho.

O conceito de raça sob o ponto de vista da semiótica da palavra origina-se da palavra do latim, *ratio*, que significa sorte, categoria, espécie (MUNAMNGA, 2003, p. 01). Porém, sua utilização para designar a categorizar espécies humanas não é uma mera operação semiótica, este conceito a nosso ver tem um sentido que vai para além da lingüística, ele é Histórico, é ideológico, e social.

Porém, reconhecidamente, a utilização da cor da pele para a categorização dos diferentes povos do planeta, esta fortemente relacionada ao período medieval, e a intenção da igreja católica, mais importante instituição do período, em definir a sua relação com o restante do mundo interior e exterior a partir de uma referência: branca, cristã, ocidental. Esta tendência de certa forma foi bastante influenciada pela ocupação da Península Ibérica pelos mouros ao longo deste período, bem como, pelo processo de expulsão destes e retomada dos territórios cristãos por meio das cruzadas. Neste processo foi instituído pela igreja católica – fundamentada num discurso teológico - um processo de “demonização” destes povos, bem como, de todos aqueles pertencentes a mesma origem – declarados como inimigos dos cristãos – portanto amigos do demônio. E neste período que assistiremos uma a demonização dos africanos como sinônimo do anticristo, bem como, uma categorização das populações humanas fundadas na cor da pele dos indivíduos.

A Partir do Século XVIII os filósofos iluministas passam a contestar o monopólio do cristianismo, e utilizam o conceito de raça já existente nas ciências naturais – para a classificação das plantas – para designar no conjunto da humanidade “os diferentes” ou, os “outros” como raça, dividindo a espécie humana em três raças: branca, negra e amarela, pavimentando o caminho para a hierarquização que pavimentou o caminho do racismo. (MUNANGA, 2003).

Porém, é no Século XIX que, o conceito de raça depois de passar pelo crivo da teologia e da filosofia ganha status científico, e, ao critério da cor, são acrescentados outros biomorfológicos como a forma do nariz, dos lábios e dos queixos, o formato do crânio e da arcada dentária, dentre outros.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

É somente no século XX que, graças ao avanço da genética, descobriu-se que a divisão da humanidade em raças estanques: branca, negra e amarela, não se explica, havendo do ponto de vista biológico outros critérios muito mais eficazes para definir a herança genética dos diversos grupos humanos que o conceito de raça (Ibidem) abrindo-se então espaço para o avanço de outro conceito sobre os estudos científicos: o de etnia.

Numa outra dimensão, o conceito de etnia aponta a nosso ver para o mesmo erro que edificou o conceito de raça, assenta-se em objetivos que são intencionais e de natureza político-ideológicas para se justificar “científico”, em substituição ao anterior.

O conceito de etnia segundo Munanga (2003, p. 11) remete á “[...] um conjunto de indivíduos que, histórica ou mitologicamente tem um ancestral comum; tem uma língua em comum; uma mesma religião ou cosmovisão; uma mesma cultura e moram geograficamente no mesmo território”, ou seja, possuem a mesma origem geográfica.

Na concepção deste autor (2003) o conceito de raça é morfobiológico e o conceito de etnia é sócio-cultural, histórico e psicológico. Partindo desta constatação é possível entender por que alguns pesquisadores apoiados nos estudos da antropologia preferem utilizar o conceito de etnia em substituição ao conceito de raça por considerá-lo bem mais apropriado.

Para melhor entender esta diferenciação, o conceito de raça – de natureza teológica, filosófica e científica, propõe a divisão da humanidade em três grandes grupos raciais, segundo critérios baseados na cor da pele dos indivíduos, bem como, outros fundamentados em crenças religiosos, em ponto de vistas filosóficos, e até mesmo critérios ditos científicos, como a medição de nariz, orelha, crânio, arcada; enquanto o conceito de etnia busca definição das características humanas fundamentadas nas características interiores e exteriores que são os fenótipos e os estereótipos.

Porém onde está o problema?

O problema está na origem de ambos os conceitos, tanto o conceito de raça quanto o conceito de etnia tem a mesma origem: a edificação do racismo e de práticas discriminatórias de um grupo em relação ao outro, e em nenhum momento, em práticas de respeito as diferenças e em critérios de equidade social.

Se o conceito de etnia num primeiro momento pode parecer mais apropriado para os pesquisadores devido a uma suposta maior cientificidade, se analisado mais a



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

fundo a partir de critérios não somente científicos, mas também de natureza político-ideológica, se mostrará não somente ineficaz, mas também ideológico e ocultador de práticas e teorias racistas.

A estes fatores se somarão inúmeros outros, dentre os quais, aqueles associados diretamente a problemática do racismo. Se reconhecermos que o conceito de raça não existe, mas sim o de etnia, isto significa dizer que não existe uma das mais violentas formas de degradação humana produzida pelos europeus, ou seja, “o racismo”; e se não existe racismo não há que se falar de políticas públicas de reparação racial, cotas raciais, e outras formas de ações afirmativas defendidas pelos negros como forma de promoção da igualdade racial. Nesta linha de entendimento a violência cometida pelos europeus deve ser entendida como mero etnocentrismo cultural, uma ação de preservação e autoafirmação do seu povo, comum a qualquer outra “etnia”, pois é cultural.

O mais grave equívoco científico presente neste processo de etnização dos estudos afro-brasileiros diz respeito a tentativa de negar a história e a historicidade a qual ela é inerente a que chamamos de “sentido”, ou seja, raça não é um conceito biomorfológico criado no âmbito do discurso científico, esta é apenas a sua versão oficial, raça é um conceito histórico e socialmente construído e datado, com o objetivo de promover políticas de segregação e exclusão, portanto associados num determinado momento a atributos negativos. Na qualidade de conceito construído historicamente sua superação deve ser historicamente construído, ou seja, se a construção do conceito de raça serviu a edificação de uma sociedade racista, a desconstrução do conceito passa inexoravelmente pela desconstrução do racismo em todas as esferas da sociedade, e, quando tivermos exorcizado tanto do ponto de vista teológico, filosófico, científico e social – toda as formas físicas e simbólicas deste fenômeno, aí, e somente aí, poderemos dizer sem sombra de dúvida: a partir de hoje raça não existe mais.

O que não podemos permitir é que, quando o conceito de raça foi apropriado pelo Movimento Negro brasileiro e mundial, não mais como forma de produção do racismo, mas como instrumento político social utilizado como instrumento de sua superação por meio das políticas de ação afirmativas fundadas no princípio da identidade, os racistas apareçam com um novo *slogan* para suas práticas: agora é tudo “etnia”.



2. Do racismo Teológico ao racismo científico.

O signo de Cam - sentido mitológico conferido ao processo de estigmatização dos povos negros, por meio da “institucionalização” e “legalização”, dos regimes de ocupação e expropriação tanto das suas terras quanto dos seus corpos – conhecido como “escravização”, por muitos erroneamente chamado de “escravidão”, está assentado sobre três grandes mitos fundadores, são eles: o mito de Cain, o mito de Cam e o mito Ariano.

Em toda a narrativa bíblica, verifica-se a figura do rompimento e da conciliação como elementos centrais desta narrativa. O primeiro grande pacto entre Deus e os homens foi realizado por meio de Adão, posteriormente, por meio de Noé, depois por meio de Moises, enfim, por meio do seu próprio filho encarnado – Jesus Cristo. A figuração do rompimento do pacto feito com Adão está não somente na figura do proibido, mas também da danação – protagonizada por Cain, assim narrada no texto bíblico:

4- *O rompimento da fraternidade* – O homem se uniu a Eva, sua mulher, e ela concebeu e deu a luz a Caim. E disse: “Adquiri um homem com ajuda de Javé”. Depois ela também deu a luz a Abel, irmão de Caim. Abel tornou-se pastor de ovelhas e Caim cultivava o solo. Depois de algum tempo, Caim apresentou produtos do solo como oferta a Javé. Abel, por sua vez, ofereceu os primogênitos e a gordura do seu rebanho. Javé gostou de Abel, e da oferta dele. Caim ficou então muito enfurecido e andava de cabeça baixa. E Javé disse a Caim: “Por que você está enfurecido e de cabeça baixa? Se você agisse bem, andaria com a cabeça erguida; mas você não age bem, o pecado está junto à porta, como fera acuada, esperando você. Por acaso, será que você pode dominá-la?” Entretanto, Caim disse a seu irmão Abel: “Vamos sair”. E quando estavam no campo, Caim se lançou contra seu irmão Abel e o matou. (SBMI, 1990, p. 17 – Capítulo 4, versículos 1).

A primeira ruptura da fraternidade na história tem então uma parábola instigante: Javé (Deus dos hebreus) gostou de Abel (leia-se dos hebreus) e do seu presente; então entende-se que conseqüentemente não gostou de Caim e nem do seu presente (poderíamos traduzir como - “desde o início da humanidade Deus não gostou dos africanos, e nem dos seus presentes?” – se sim, por quê? Logo a frente tem uma possível explicação “estes não “agem bem” e o “pecado” está junto a sua porta. Seriam estes naturalmente pecadores? O resultado do preterimento de Javé por Abel foi que este foi assassinado por Cain – que levou toda a culpa. Fica então a pergunta: de quem seria a culpa pela desavença, de Cain, ou do próprio Javé que, como Deus, faz escolhas



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

humanas, aceita um e não o outro? Seria este o criador do racismo? Como sabemos, fora da crença particular de cada indivíduo – Deus é a imagem e semelhança da sociedade onde está inserido.

Mas porque Deus não perdoou Cain e recebeu-lhe como filho, como todo pai faria? Porque definitivamente nos parece que este desde as primeiras palavras da escritura bíblica, não servia para ser filho de Deus, estava condenado ao inferno, motivo pelo qual Javé concederá a Adão e Eva outro filho, que não Cain, estranhamente, em nenhum momento descrito na bíblia como filho de Adão ou de Javé, mas somente como “o irmão de Abel” a quem matou. Javé providenciou então a “substituição de Abel pelo filho – Set – acolhido então como descendente do patriarca Adão. Este, teve um filho - Enós o primeiro ser humano a invocar o nome de Javé. Definitivamente, é inconteste a afirmação de que, segundo este excerto, não foi dos filhos de Caim, que surgiu a adoração ao Deus que os hebreus afirmavam ser o único – Javé. Quem seriam portanto, Isis, Osiris, Anubis, Nefertite, Rá, Odin? Num primeiro momento deuses dos pagãos; num segundo momento, entidades demoníacas, num terceiro momento, o próprio demônio.

Mas “reconhece” Javé na sagrada escritura, se era da natureza do homem ser mau – era da natureza dos africanos se oporem a qualquer projeto de Deus.

Depois do dilúvio, Javé confere ao “único homem bom” encontrado sobre o firmamento – a tarefa de reconstruir o mundo – Noé. Como toda conciliação é acompanhada de uma ruptura, pois Javé, desde os primórdios já estabelecera como princípio motriz da história a dialética, esta ruptura se dará neste momento de reconciliação pela figura de Caim, nos termos que segue:

Bênção e maldição – Os filhos de Noé, que saíram da arca, foram estes: Sem, Cam e Jafé; e Cam é o antepassado de Canaã. Estes três foram os filhos de Noé, e a partir deles foi povoada a terra inteira. Noé, que era lavrador, plantou a primeira vinha. Bebeu o vinho, embriagou-se e ficou nu dentro da tenda. Cam, o antepassado de Canaã, viu seu pai nu e saiu para contar a seus dois irmãos. Sem e Jafé, porém, tomaram o manto, puseram-se sobre seus próprios ombros e, andando de costas, cobriram a nudez do pai; como estavam de costas, não viram a nudez do pai. Quando Noé acordou da embriaguez, ficou sabendo o que seu filho mais jovem tinha feito. E disse: “Maldito seja Canaã. Que ele seja o último dos escravos para seus irmãos”. E continuou: “Seja bendito Javé, o Deus de Sem, e que Canaã seja escravo de Sem. Que Deus faça Jafé prosperar, que ele more nas tendas de Sem, e que Canaã seja seu escravo”.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

Como se vê, se na figura de Caim e maldição era explícita, e sua associação com os africanos era sutil, e será desenvolvida posteriormente como motivos de ódios ou de amores, na figura da danação e a condenação. Se “Cam é o antepassado de Canaã”, ou, de todos os povos africanos da antiguidade - cananeus, etíopes, núbios cushitas, filisteus, etc... Sem e Jafé – seriam os patriarcas dos povos não negros que povoou. Como separar o fato do mito, ou mesmo explicar o fato pelo mito é uma função dos estudiosos e leigos de cada período histórico, e a sua utilização, é algo de natureza muito mais moral e ética que propriamente “sagrada”. A questão central que permeia o excerto é a origem da danação: Como um evento único na História teria dado origem a “maldição” e “condenado” todos os africanos e seus descendentes espalhados pelo mundo.

Fundamentado no mito da danação - o mito ariano é sem dúvida uma construção do século XIX proliferado nas sociedades européias principalmente ao longo do século XX no âmbito de debate nacionalista maior, porém, suas referências encontram raízes mais antigas e remontam ao próprio antigo testamento. Quando nos referimos ao conceito de arianismo a partir da perspectiva do mito é porque entendemos que a sua construção é muito mais ideológica que propriamente científica ou epistemológica. Segundo seus defensores, a superioridade ariana foi provada tanto cientificamente, por meio das teorias eugênicas do século XIX, como historicamente, por meio do mito dos três reinados ou reich.

O que o mito de Cam revela e esconde ao mesmo tempo, é a rivalidade entre hebreus e cananeus que remontam a longa data na história, e se revigora na atualidade em novos conflitos como os que separam judeus - supostamente descendentes de Sem - e palestinos - supostamente descendentes de Cam. Como o mito se tornou signo, como o significado se elevou a significante, como uma das interpretações se elevou a condição de verdade histórica única – é o sentido que permeia a simbologia do excerto em tempos modernos. E, como desconstruiremos a ditadura do signo para restituí-lo ao lugar da interpretação, e incorporar a este, a reflexão, crítica, ação e transformação, é o desafio que se coloca aos nossos estudiosos e cientistas, e o campo particular, ao nosso trabalho.

Portanto elevamos a polêmica central – pode o mito de Cam explicar a maldição e escravidão dos negros africanos? A própria leitura reflexiva do texto bíblico



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

desconstrói e desautoriza esta operação, tanto no antigo como no novo testamento. Basta lembrar que dentre as inúmeras passagens bíblicas, o próprio deus se faz “verbo” – a palavra e “carne” – a encarnação, e na figura de Jesus Cristo, absolve todos os pecados do mundo e os assume para si, por meio do seu sofrimento – operação cujo sentido maior era único: libertar a todos os seres humanos do planeta.

A questão que separa as interpretações e utilizações do texto bíblico a serviço do racismo da segregação, da intolerância, da violência e da opressão é a ação dos homens, estes mesmos também podem promover ações de reconhecimento e valorização da vida e da humanidade – este é o convite que fazemos neste ensaio. A apropriação do “signo de Cam” é uma síntese nos permite perante o leitor conduzir uma reflexão, sobre um discurso que buscava e ainda busca fundamentar a condição de “inferioridade do negro”.

3. Do estigma ao mito, do mito a identidade.

O destino do povo africano, cumprido através dos milênios, depende de um evento único, remoto, mas irreversível: a maldição de Cam, de seu filho Canaã e de todos os seus descendentes. O povo africano será negro e será escravo: eis tudo. (ALFREDO BOSI, 2006, p. 256).

Como a danação – constituiu-se signo, atravessou a História e o atlântico, tornou-se verbo, corpo e carne, e habitou entre nós, na América do Sul? Como um evento único na História se eternizou e perenizou para a “eternidade” a “maldição”, e, dizimou, muçulmanos, sudras, negros e outros povos a “eterna servidão”? Como estes eventos tomaram corpo, no direito canônico, justificaram a verdade filosófica, se tornaram a verdade científica, dominaram a cultura social, foram transformados em saberes escolares e docentes, em currículo – não somente oculto mas evidentemente explícito, e por fim, prática pedagógica vivenciada no cotidiano das instituições?

Pode uma educação que fez a opção por valores historicamente cristalizados na sociedade mundial e brasileira – a opção pelo racismo, pela violência e pela discriminação e exclusão – deslocar-se para o campo da inclusão libertadora e autônoma sem romper radicalmente com este passado em nome de outra perspectiva de futuro?

Romper com estigmas e mitos em favor da valorização e reconhecimento das identidades plurais dos vários sujeitos que constituem a sociedade é um caminho –



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

possível. A citação de Bosi, e a implementação do estudo da História e Cultura Africana e Afro-brasileira implementado de forma obrigatória nos currículos escolares de nosso país, nos remete a pensar os porquês? Comos? Quando? Ondes?

O movimento impulsionado pela aprovação da Lei Federal 10.639 de 09 de Janeiro de 2003, não deve e não pode ser compreendido como uma simples operação curricular em favor da História e da cultura dos negros brasileiros, é um movimento mais amplo, de ruptura com os estigmas, com os mitos, que possibilitaram o subjugo e a exclusão, e a favor da uma nova cultura escolar e social, em favor da liberdade plena dos negros que somente pode ser alcançada de forma autônoma e emancipatória ou seja, é preciso que crie as condições para a mudança da situação social em que o negro vive em nossa sociedade.

A invasão e ocupação do Brasil pelo reino de Portugal nos Séculos XV e XVI, redefine aqui na América um novo status de relação com os povos indígenas e negros. Nos focaremos no segundo grupo social por ser este o objeto da nossa pesquisa.

Meillassoux (1995) aponta que o regime de escravização dos negros implementado pelos Portugueses no Brasil traz elementos novos para a compreensão do processo de colonização ou ocupação da América. Elucida que, este processo, difere-se completamente das relações conhecidas entre os povos africanos, uma vez que este processo assenta-se de forma privilegiada sobre as políticas mercantis desenvolvidas na Europa a partir do Século XV – ou seja, o centro deste novo escravismo implantado pelos europeus na América é o mercantilismo.

Portanto, muito além do mercantilismo, a escravização dos negros no Brasil está articulada a um perverso e complexo sistema de violência física, simbólica e psicossocial que combina elementos econômicos (o mercantilismo), a elementos ideológicos (mito da danação de Can e a superioridade racial dos descendentes de Jafé), e que no bojo do direito canônico (*Burlas Papais Romanus Pontifex e Dom Diversas*), ganham “legitimidade eclesiástica”, ou “legalidade divina”: se a escravização dos negros africanos foi ratificada pela própria igreja católica, e principalmente por ela, dona da “verdade” sobre os céus e a terra – quem “poderia na terra contestá-las”.

Bossi (2006) nos descreve como Padre Antônio Vieira, por meio dos seus sermões, vai construindo um discurso oficial acerca da “escravização” dos negros no Brasil, utilizando como instrumento privilegiado, os sermões escritos por este,



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

particularmente, os sermões XIV, XVI, XX e XXVII do Rosário. O tema escolhido, está diretamente relacionado a devoção dos negros e nossa Senhora do Rosário por meio das irmandades de negros que se reúnem em torno do culto e devoção a santa – irmandades estas constituídas exclusivamente de pretos, distinguindo-se de outras, “como as do Santíssimo Sacramento, que aceitavam só brancos, ou as da Senhora das Mercês, formadas por mulatos”. (BOSI, 2006, p. 143). Para Bosi, (2006) Vieira entra no mundo do escravo pelo atalho mais curto e direto da descrição existencial do seu cotidiano: como vive o negro o “doce inferno” dos engenhos de açúcar - os ouvintes a quem o sermão se destina são os próprios escravos (Sermão XIV do Rosário). Por meio da associação do sofrimento dos negros nos engenhos de açúcar, ao sofrimento do próprio Jesus Cristo, Vieira busca justificar todo sofrimento vivenciado pelos negros a missão redentora de Jesus Cristo: “sofra aqui na terra que será recompensado no céu”.

Numa perspectiva diferenciada de Vieira se colocava Johannes Antonius Andreonius mas conhecido como “Andreoni” ou “Antonil” - secretário particular de Vieira, logo, assumiu o posto máximo da Companhia de Jesus no Brasil. Passando a assumir posições bem diferentes das de Vieira, principalmente no que se refere aos negros africanos (BOSI, 2006). Se em Vieira ainda se manifestam escrúpulos motivados por sua formação escolástica em Antonil - o autor de Cultura e opulência do Brasil - a consciência moral já está inteiramente dobrada as razões do mercantilismo colonial - o cativo aparece-lhe como uma questão natural e naturalizada sobre cujo mérito não cabe discutir. (BOSI, 2006). “Os escravos são as mãos e pés do senhor de engenho, porque sem eles não é possível fazer, conservar e aumentar fazenda, nem ter engenho corrente” (ANTONIL apud BOSI, 2006, p. 162). “Esta figura redutora lhes tira a integridade de atores”. (BOSI, 2006, p. 165).

No processo de implantação das políticas abolicionistas no século XIX, que tem como referência teórica a idéia de ciência fundada no positivismo social e no darwinismo biológico, estavam as bases de um pensamento intelectual que tinha como uma de suas premissas a construção da identidade nacional ou a nossa idéia de nação. A versão brasileira do positivismo social/darwinismo biológico se desenvolveu, principalmente por meio das concepções eugenistas, fundadas, inicialmente, na idéia de melhoria genética das espécies para adaptação ao meio social. No nosso caso, a teoria eugênica foi adaptada por alguns dos principais teóricos da época (Silvio Romero,



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Monteiro Lobato, Raimundo Nina Rodrigues) para a explicação da idéia de “superioridade” e “inferioridade” das raças humanas – esta adaptação ficou conhecida como “teoria do branqueamento”, e seu principal teórico foi Silvio Romero. (PINTO, 1986).

A superação da teoria do branqueamento por outras concepções teóricas em meados do século XX, (FREYRE, 2005; RIBEIRO, 1995; HOLANDA, 2007) não significou a superação das concepções racistas, pelo contrário, buscavam e buscam camuflar os aspectos constituidores destas teorias, por meio de novas concepções epistemológicas que realiza a “exaltação” do negro a partir de elementos que não colocavam no centro do debate o problema do racismo, mas sim ocultava-o. Estas novas referências epistemológicas se desenvolveram por meio de quatro conceitos chaves: a miscigenação, a mestiçagem, a idéia de “democracia racial” e a idéia de “racismo cordial”

Embora não se possa atribuir a definição destes conceitos há um único quadro teórico, estes quatro conceitos estão implícitos ou explícito por exemplo na obra do antropólogo e ensaísta Gilberto Freire intitulada “Casa Grande e Senzala” (2005). Nesta obra Freire dedica um capítulo específico, do segundo volume, para descrever a presença do negro na sociedade patriarcal brasileira, objeto principal da sua obra. No capítulo em questão, o autor aponta: 1) como elemento fundamental para a constituição da sociedade brasileira o processo de miscigenação, tanto genética quanto psico-social que desenvolveu ao longo de nossa história; 2) o “sujeito mestiço” como resultado deste processo de miscigenação verificado ao longo da nossa história; 3) ao fazer esta construção em, nenhum momento, o autor reflete sobre o processo, profundamente conflituoso, que marcou as relações entre negros e brancos em nossa sociedade, as relações aparem como se fossem harmônicas e consentidas. Esta linha de pensamento defendida pelo autor foi chamada, posteriormente, de “racismo cordial”, conceito que permeia então, a sua obra; 4) ao descrever a presença do negro na sociedade brasileira, em nenhum momento o autor aponta a situação de desigualdade que separa negros e brancos em nossa sociedade, levando-nos à idéia de que, racialmente, no Brasil todos são iguais, ou seja, vivemos em uma “democracia racial”, sem exclusão ou *apartheid*.

A partir da década de 1960, fruto do Projeto UNESCO – que em anos anteriores buscou por meio da contribuição de importantes pesquisadores brasileiros



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

estudar a situação do negro no Brasil, identificando ou não, situações de segregação social, apartheid ou racismo, são publicados importantes trabalhos acadêmicos produzidos na segunda metade do século XX, dentre os quais, estudos inéditos de Florestan Fernandes (1965), Roger Bastide (1970); HASENBALG (1979), dentre outros estudiosos. Estes estudos foram significativos na medida em que possibilitaram a inserção, no meio acadêmico, com ramificações para toda a sociedade, do reconhecimento da existência de racismo, segregação social e apartheid em relação aos negros descendentes de africanos, bem como, fomentaram o debate sobre a necessidade de se repensar a situação do negro em nossa sociedade, particularmente, a problemática do racismo.

Entre os anos de 1980 ao início do Século XXI, há uma diversificação de organizações sociais vinculadas ao Movimento Negro Brasileiro, que, passam da resistência contra o racismo à sua denúncia, e da denúncia para a proposição de políticas públicas e ações afirmativas para os negros descendentes de africanos no Brasil. Estas ações tiveram como marco significativo a realização da Conferência Mundial das Nações Unidas contra o Racismo na cidade de Durban na África do Sul, que no Brasil, teve como principal desdobramento, a aprovação de um Plano Nacional de Implementação das Resoluções desta Conferência, que constava dentre outros itens, de ações específicas do poder público brasileiro com vistas a superação do racismo no ambiente escolar, com a inclusão de conteúdos específicos com foco na superação do racismo praticado em relação aos negros e no estudo da contribuição destes povos para a formação cultural, histórica e social histórica, do povo brasileiro.

Este movimento no Brasil, ganha destaque especial quando, no ano de 2003, foi sancionada pelo Governo Brasileiro a Lei Federal nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003, que instituiu a obrigatoriedade do estudo da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira, bem como, da contribuição das populações de matrizes africanas no Brasil para a formação da identidade nacional. Esta Lei e as suas disposições legais correlatas, visa a reeducação positiva das relações étnico-raciais na educação brasileira, com foco na superação das práticas escolares discriminatórias e excludentes contra os alunos negros e afro-descendentes no espaço escolar. É neste contexto sócio-histórico caracterizado pela desigualdade social e racial, bem como pela exclusão ou “inclusão pelas margens” (MARTINS, 1997), que estão inseridas as políticas públicas



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

educacionais com vistas a superação das desigualdades raciais, com foco na superação das teorias e práticas racistas no âmbito do currículo escolar, dentre as quais, aprovação da Lei Federal nº 10.639 de 09 de janeiro de 2003 é um marco efetivo na implementação de políticas e ações com vistas a efetivação dos pressupostos aqui apontados, de construção de uma prática pedagógica não racista, bem como, de relações étnico-raciais positivas na educação brasileira.

De Antônio Vieira a Gilberto Freire vimos transformar as estruturas econômicas da sociedade Brasileira, mas não o lugar ocupado pelo negro na sociedade. Do estigma ao mito é o caminho percorrido pelas teorias racistas brasileiras nos cinco séculos de sua História: do estigma de “escravo” “trabalhador braçal” “condenado” para o mito do povo miscigenado, “mestiço”, “dócil”, “cordial” – foram e ainda são os caminhos percorridos pelo racismo brasileiro, para construção de uma sociedade onde os negros ainda continuam subjugados e inferiorizados. De Gilberto Freire aos dias atuais, as idéias de mestiçagem, do racismo cordial e o mito da democracia racial ainda domina o imaginário social e o pensamento científico brasileiro. Como podemos reescrever esta história é uma ação em construção, mas que não pode se pautar pelas mesmas estruturas que edificam esta exclusão. É sobre este outro caminho que nos fala o movimento negro engajado, os educadores comprometidos com as relações raciais e étnicas positivas e positivadas, esta tese de doutoramento.

4. Considerações finais: os estudos africanos no contexto das diásporas.

Ao longo do século XIX e XX, em face das políticas fundamentadas no centralismo étnico europeu – denominado etnocentrismo, formas de resistência e oposição a este centralismo antigo se edificaram no mundo contemporânea, dentre as quais, o Panafricanismo - uma das principais referências teórico-políticas que sustentou os movimentos de independência e descolonização da África nos séculos XIX e XX; a luta contra a segregação racial e os regimes de Apartheids na África e na América; os movimentos de afirmação da identidade negra como referência a uma identidade africana forjada na luta pelo reconhecimento e afirmação dos afro-descendentes em todo mundo; e por fim, na reconfiguração destas várias lutas em um movimento afro-diaspórico, símbolo de todas as lutas dos africanos e seus descendentes dentro e fora da África, denominado, diásporas africanas.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

As diásporas africanas representam um movimento de deslocamento não somente físico e territorial como nos remete o movimento dos judeus narrado na versão bíblica, ou identitário e cultural, como nos reporta Hall em sua vasta literatura sobre o tema, mas um movimento de deslocamento que é físico, territorial, identitário, cultural, político, social, ideológico, e principalmente, teórico-político.

O Pan Africanismo como movimento de oposição a colonização da África e de sustentação aos movimentos de independência, surge fora dos territórios africanos, particularmente nos Estados Unidos da América – EUA, fundamentado nas idéias de Edward Burghardt Du Bois e Marcus Musiah Garvey, porém, e com a criação do Congresso Pan Africano – CPA, inspirado nos ideais de seus fundadores e de outros pensadores mais atuais como Frantz Fanon, que o Pan Africanismo na África atinge níveis de organização e se torna um dos principais movimentos na luta pela independência dos países africanos. Enquanto o Congresso Nacional Africano - CNA de Nelson Mandela constitui-se como o braço político na luta contra a colonização e o apartheid; o CPA, de Stive Biko e outros ativistas africanos, era o movimento que articulava as diversas lutas dos negros africanos à luta dos afro-descendentes no mundo¹: a luta pela independência e contra o Apartheid na África; a luta de Malcon X e do Partido dos Panteras Negras contra os regimes de segregação racial e Apartheid nos Estados Unidos da América; o movimento Rastafari na Jamaica e no restante do mundo – símbolo da nova diáspora mundo-África e nos ideais do Pan Africanismo²; o Teatro Experimental do Negro de Abdias do Nascimento e do movimento negro brasileiro; ou mesmo, a luta dos palestinos contra a ocupação judaica; dentre diversas outras lutas.

É bem verdade que, ao conceito de Pan Africanismo são atribuídos estereótipos, que buscam desqualificá-lo principalmente no mundo acadêmico, como um movimento segregacionista que prega a separação dos negros, fundamentado em crenças religiosas misturada com ideologias políticas, que é um movimento ultrapassado sob o ponto de vista da História, dentre outros atributos. Para nós, o Pan

¹ A este respeito ver JONGE, Klass de . **África do Sul: apartheid e resistência**. São Paulo: Cortez: EBOH, 1991.

² Rastafari é um movimento pan-africanista que se originaram no despertar de uma revelação profética feita pôr Marcus Garvey na Jamaica - é um movimento internacional de repatriação negra – para os Rastas - a única salvação para o negro é se repatriar a seu lar ancestral: Etiópia/África. É na base do clássico Etiopianismo que o movimento “Volta a África” liderada por Marcus Garvey é bem conhecida.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Africanismo representa uma importante contribuição a luta dos negros e afro-descendentes no mundo inteiro, pois, possibilita a articulação em nível mundial da luta anti-racista e anti-colonialista – aqui entendido o colonialismo, não somente como um movimento de ocupação física de territórios, mas acima de tudo, como uma ideologia que está presente e permeia a nova face do colonialismo de base eurocêntrica no mundo – o colonialismo intelectual e teórico – que permeia o conhecimento científico ministrado na maioria das instituições de ensino espalhadas pelo mundo, inclusive as brasileiras, e que é transformado em sua nova versão em política de estado, em currículo oficializado nas instituições educativas, e em práticas pedagógicas nas salas de aula do nosso país.

O Pan africanismo resignificado por meio das várias experiências das diásporas africanas, particularmente, na diáspora África-Brasil, figura como uma das principais referências para o nosso trabalho – não única, ou mesmo, a principal. O Pan Africanismo revisitado e resignificado nas experiências das diásporas africanas, nos possibilita compreender as experiências dos negros e negras que vieram para o Brasil numa condição de não cidadãos, atravessam a nossa história por caminhos diversos – e nos dias atuais se redefine a partir de uma identidade forjada num processo de luta e construção que definem a consciência de um duplo pertencimento: o ser negro enquanto raça; e ser afro-brasileiro enquanto povo e cidadão. Esta consciência de pertencimento possui raízes históricas que, devem ser compreendidas a partir da dimensão de sua construção – a de um tornar-se negro conforme disserta Neuza de Sousa Santos (1983) - que ainda não está feito, mas é acima de tudo um, fazer-se como define Tompson (1963).

5. Referências bibliográficas.

BOSI, Alfredo. **Dialética da Colonização**. 4ª Edição, 5ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2006

DU BOIS, Edward Burghardt. **The Negro**. Philadelphia/USA: LIGHTNING SOURCE, 1998.

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Rio de Janeiro/RJ: Editora da UFJF, 2006.

FANON, Frantz. **Pele Negra, Mascaras Brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

FERNANDES, Florestan. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes**. 3ª Edição. São Paulo: Ática, 1978, 814p (2 volumes).

FERREIRA, Roquinaldo. **A institucionalização dos estudos Africanos nos Estados Unidos: advento, consolidação e transformações**. *Rev. Bras. Hist.* [online]. 2010, vol.30, n.59, pp. 73-90. ISSN 0102-0188.

GARVEY, Marcus Musiah. **Marcus Garvey And Universal Negro Improvement Assn.** USA: DUKE UNIVERSITY PRES, 2010.

HALL, Stuart. **Da Diáspora: identidades e mediações culturais**. Organização Liv Sovik, Tradução Adelaine, La Guardia Rezende & outros. 1º Edição Atualizada. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2009. (Humanitas).

PAULA, Benjamin Xavier de; PERON, Cristina Mary Ribeiro Perón. **EDUCAÇÃO, HISTÓRIA E CULTURA DA ÁFRICA E AFRO-BRASILEIRA**. Uberlândia/MG: PROEX/UFU; Franca/SP: Ribeirão Editora, 2008.

RABELO, Danilo. **Rastafari: identidade e hibridismo cultural na Jamaica, 1930-1981**. Brasília/DF: Programa de Pós-graduação em História da Universidade de Brasília – UnB, 2006. (Tese de Doutorado).

SEMPRINI, Andrea. **Multiculturalismo**. Tradução Laureano Pelegrin. Bauru/SP: EDUSC, 1999.

JONGE, Klass de . **África do Sul: apartheid e resistência**. São Paulo: Cortez: EBOH, 1991.

MUNANGA, K. . Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. Cadernos PENESB (Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira). UFF, Rio de Janeiro, n. 5, p. 15-34, 2004.

Munanga, Kabengele. **A difícil tarefa de definir quem é negro no Brasil**. *Estud. av.*, Abr 2004, vol.18, no.50, p.51-66.

MEILLASSOUX, Claude. **Antropologia da escravidão: o ventre de ferro e dinheiro**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar , 1995.